FUNDAÇÃO BEMGEPREV

Relatório Anual 2013

Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - Bemgeprev

Índice

Mensagem da Diretoria	3
Informações Gerais	8
Informações de Participantes	10
Balanço Patrimonial	11
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	12
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	13
Demonstração do Ativo Líquido	14
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa	15
Demonstração das Provisões Técnicas	16
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	17
Relatório dos Auditores Independentes	30
Políticas de Investimento	32
Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos	38
Parecer Atuarial de Encerramento do Exercício de 2013	40
Parecer do Conselho Fiscal	48
Ata da Reunião do Conselho Deliberativo	49

Mensagem da **Diretoria**

2013: um ano dedicado a você

Para a Bemgeprev, cuidar do seu plano de previdência é construir, em parceria com você, um futuro cada vez melhor.

Focamos nossos objetivos nos assistidos, de forma transparente, buscando constantemente uma governança corporativa de qualidade. Essa excelência do trabalho procura maximizar os resultados, com uma administração segura e sustentável.

Queremos que a aposentadoria seja uma fase da vida tranquila para você e sua família, por isso, concentramos esforços para a melhoria contínua dos processos e no relacionamento com nossos assistidos.

Em 2013, conquistamos bons avanços nestes aspectos. Realizamos pesquisas de satisfação, com o objetivo de aprimorar a gestão e identificamos pontos positivos sobre o relacionamento.

Um outro destaque do ano foi a opção da solicitação on-line de empréstimos, pelo site da Bemgeprev. A funcionalidade é interativa e facilita o acesso ao benefício, agilizando os pedidos e procedimentos e proporcionando mais comodidade aos aposentados.

Além disso, realizamos a 10ª edição do Evento dos Assistidos, uma festa para incentivar o reencontro de colegas e os bons momentos da vida. Tudo para nos aproximarmos ainda mais!

Mas não esqueça, você também tem um papel fundamental nesta caminhada: manter um planejamento financeiro e previdenciário, se atentando aos aspectos econômicos de forma consciente.

Este relatório anual permite que você acompanhe de perto e com transparência os resultados de 2013 do seu plano da Bemgeprev.

Boa leitura!

Diretoria Executiva

Educação agora e sempre!

A implantação e manutenção de um programa de **Educação Financeira e Previdenciária** atende a uma necessidade atual da sociedade por informação. Mudanças na economia no Brasil e no mundo apontam para a urgência no desenvolvimento de ações que eduquem financeiramente a população, colaborando na formação de pessoas responsáveis com suas finanças, que possam tomar decisões de maneira mais consciente.

Por isso a **Bemgeprev** investe continuamente no seu **Programa de Educação Financeira e Previdenciária**, promovendo conteúdos cada vez mais explicativos sobre o tema. Essa iniciativa está alinhada ao principal objetivo da **Fundação**, que é oferecer à sua população uma cultura de poupança, para que o assistido possa usufruir de uma vida mais segura e tranquila.

A seguir, você acompanha as ações do "Previdência em Foco", o programa de Educação Financeira da Bemgeprev.

Encontro das Associações de Aposentados e Conselheiros

A cada semestre é realizado um encontro entre as Associações de Aposentados e Conselheiros para abordar, com especialistas convidados, temas relacionados à previdência.

A ação é compartilhada pelas fundações de previdência do Itaú Unibanco que, a partir desta iniciativa, podem contribuir com a formação de seus dirigentes e fomentar a educação financeira e previdenciária.

Em maio, os convidados assistiram à palestra de Osvaldo do Nascimento, presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Itaú Unibanco, com o tema "Desafios do Segmento de Previdência Complementar para os próximos anos". Osvaldo traçou um amplo panorama da previdência hoje no Brasil e no mundo e falou das perspectivas geradas pelo novo cenário econômico e pela mudança no perfil demográfico.

O segundo encontro do ano foi marcado pela 16ª edição do evento, que aconteceu em novembro e contou com a apresentação do economista Gustavo Loyola. Com o tema "O Cenário Econômico e Político Atual e seus impactos no fundo de pensão", o economista abordou os assuntos relacionados ao cenário econômico do Brasil, hoje e no futuro.

Viver a vida: o valor que o tempo traz

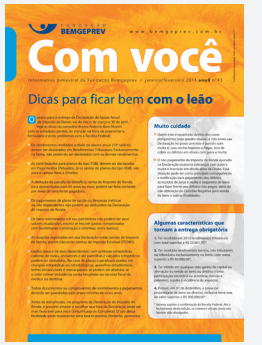
A 10ª edição da festa de confraternização dos aposentados e pensionistas das entidades de previdência do Itaú Unibanco, conhecida como Viver a Vida, aconteceu nos meses de agosto e setembro, em cinco cidades – Recife, Belo Horizonte, Goiânia, Curitiba e São Paulo.

Com o tema "O valor que o tempo traz", o evento trouxe uma série de informações sobre educação financeira e previdenciária nas peças de comunicação, como, por exemplo, no convite e cenários durante os eventos.

O encontro foi mais uma oportunidade para os assistidos e pensionistas reencontrarem amigos e reviverem histórias, tudo com muita diversão ao som da banda Golden Boys (um dos grupos de destaque da Jovem Guarda) e dj, além de um delicioso coquetel e jantar.

Inovações do Informativo "Com você "

O "Com você" completou 5 anos de veiculação para os assistidos da Bemgeprev. Esse é mais um canal de informação sobre temas relacionados ao plano, educação financeira e previdenciária, entre outros.



O informativo bimestral está mais atrativo e traz matérias e informações personalizadas para atender as necessidades dos assistidos, como a seção "Atendimento & Você", com respostas às principais dúvidas.

Consulte as edições do "Com você" no link "Informativos" do site.

Workshop Jurídico de Previdência Complementar

A 7ª edição do Workshop Jurídico de Previdência Complementar aconteceu no mês de junho e reuniu cerca de 80 pessoas - entre conselheiros, diretores, advogados e profissionais das áreas trabalhista, cível e previdenciária.

O evento procurou discutir as melhores estratégias para a defesa do patrimônio dos participantes e assistidos das fundações ligadas ao Itaú Unibanco. Foram realizados cinco painéis com palestrantes especialistas convidados.

Além disso, houve a cobertura do evento, por meio do informativo "Com você", para mostrar os impactos sobre o patrimônio quando há ação judicial contra a entidade, como, por exemplo, o comprometimento de recursos importantes para o futuro de todos os vinculados, já que os custos destas ações são suportados pelo próprio plano.

Cartão de Aniversário

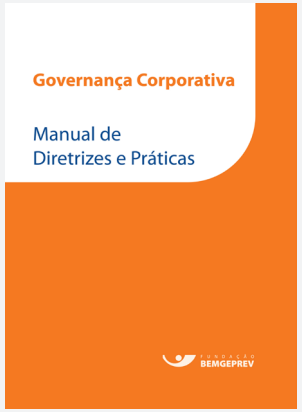
O dia do aniversário é sempre uma data marcante para todos nós, afinal, representa o início de um novo ciclo. Ao longo de 2013, a Bemgeprev esteve junto dos seus assistidos e celebrou esse momento especial com o envio de cartões de aniversários.

3ª Pesquisa de Satisfação com assistidos

Durante o mês de dezembro, os assistidos responderam à terceira Pesquisa de Satisfação. A entrevista foi realizada por telefone e possibilitou identificar os pontos de melhoria e oportunidades de aperfeiçoamento na gestão e no relacionamento, além de fornecer subsídios para várias ações realizadas pela entidade.
As informações foram analisadas e divulgadas nos Informativos "Com Você" de Março/Abril de 2014.

Atualização do Manual de Diretrizes e Práticas de Governança

Em 2013, foi disponibilizado no site da Bemgeprev, o Manual de Diretrizes e Práticas de Governança, com as políticas e iniciativas relacionadas ao controle de processos e administração de riscos, atualizado de acordo com as diretrizes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).



O material apresenta os procedimentos da Entidade para atuar de modo eficiente, seguro e transparente, visando a sustentabilidade da gestão e saúde financeira dos planos.

Participação no Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão

Em setembro, alguns representantes da Bemgeprev participaram do 34º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, organizado pela Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. O evento, que aconteceu em Florianópolis, reuniu cerca de 3 mil profissionais do setor, com o tema "Preservar e Avançar: da estratégia ao resultado".

Os debates do congresso permearam questões impactantes para os fundos de pensão, como a redução das taxas de juros, o aumento da expectativa de vida da população e a necessidade de fomentar a cultura previdenciária.

Inovação no Empréstimo: solicitação on-line

O mundo está cada vez mais conectado e ágil. Por conta disso, em 2013, a Bemgeprev inovou com a possibilidade de solitação on-line de empréstimos, pelo site da entidade para seus assistidos.

Acesse a Área do Participante no site e confira!

Mudança no Estatuto

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) aprovou em agosto a alteração no estatuto da Fundação Bemgeprev, que modifica a periodicidade da reunião do Conselho Administrativo de TRIMESTRAL para SEMESTRAL.

Confira o estatuto na rota do site "Nossas Diretrizes> Estatuto"

(Base: 31 de dezembro de 2013)

Diretoria

Diretor-Presidente	Diretor Investimentos	Diretores
Sergio Guillinet Fajerman	Gabriel Amado De Moura	Arnaldo Cesar Serighelli Reginaldo José Camilo

Conselheiros Indicados

CONSELHO FISCAL

Presidente Efetivo	Presidente Suplente
Ottavio Aldo Ronco	Leila Cristiane Barboza Braga de Melo
Conselheiro Efetivo	**Conselheiro Suplente**
Guilherme Augusto Marcondes Ferreira de Toledo Barros	Marco Aurélio de Oliveira

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente Efetivo	Presidente Suplente
Osvaldo do Nascimento	Cláudio José Coutinho Arromatte
Conselheiro Efetivo	**Conselheiro Suplente**
	Marcelo Luis Orticelli

Conselheiros Eleitos

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivo	Suplente
Silvio Caitano da Fonseca	José Cassio Damas
Vice Presidente Efetivo	**Vice Presidente Suplente**
Messias Caetano Neto	Maria Lucia Machado

CONSELHO FISCAL

Efetivos	Suplentes
Aguinaldo José Crato	Luciana Leonina Fernandes Correa
Cleide Xavier Rocha Foureaux	Mauro Peres Macedo
Luiz Fernando da Silva Telles	Maria do Carmo Vasconcelos

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente Efetivo	Presidente Suplente	Vice-Presidente Efetivo
Antônio Barsand de Leucas	Lourival Lelles	Catão Baptista Filho
Vice-Presidente Suplente	**Conselheiro Efetivo**	**Conselheiro Suplente**
Frederico de Souza Neto	Plínio Buarque Vogas	Alonso Rodrigues Martins

Reuniões dos Conselhos

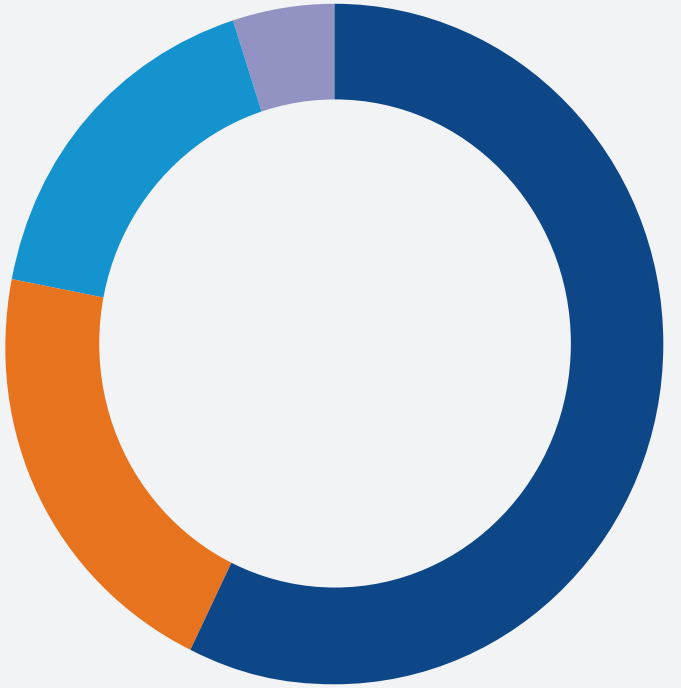
Durante o ano de 2013, os Órgãos Administrativos da Bemgeprev realizaram reuniões para tratar de assuntos relacionados a gestão da entidade e dos planos.
As reuniões do Conselho Deliberativo aconteceram nos meses de março e dezembro, do Conselho Fiscal em março e agosto e do Conselho Administrativo em novembro.

Total de participantes 1092

Sexo:

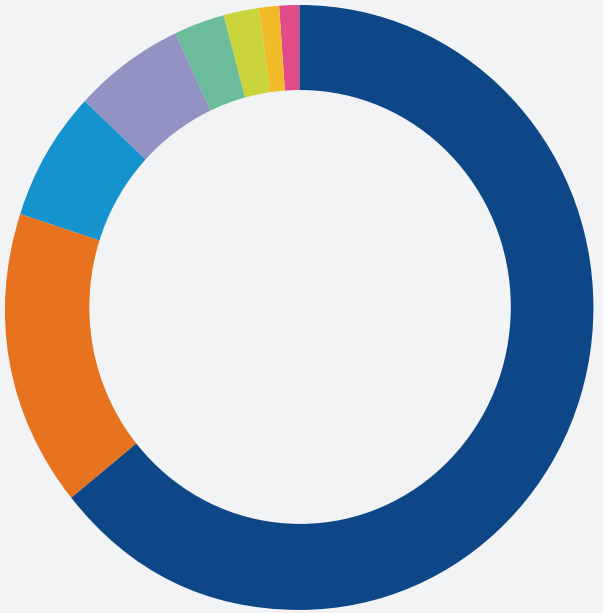
Masculino	Feminino
84,5%	**15,5%**
923	169

Faixas etárias:



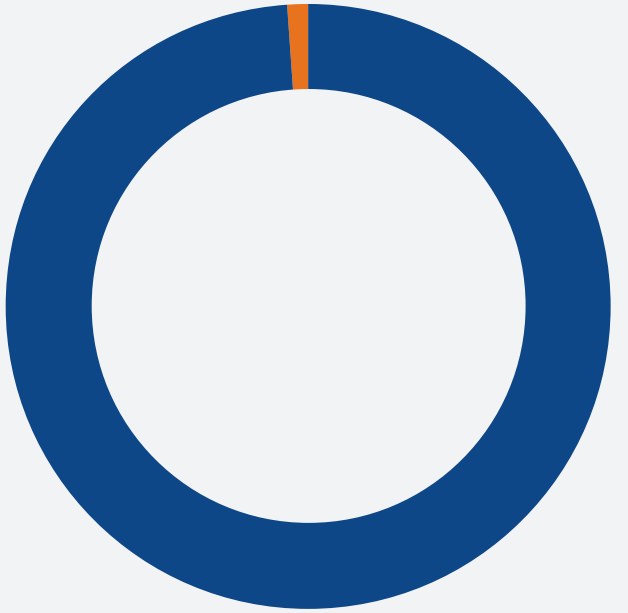
de 61 a 70 anos	de 71 a 80 anos
16,94%	**57,33%**
de 81 a 90 anos	acima de 91 anos
20,97%	**4,76%**

Presença nos Estados:



Minas Gerais **67,77%**	Bahia **1,56%**
Rio de Janeiro **16,12%**	Goiás **1,37%**
São Paulo **6,59%**	Rio Grande do Sul **0,64%**
Outros **5,68%**	Paraná **0,27%**

Tipo de Benefício: Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV)



Tempo de contribuição **1091**	Idade **1**

Média de tempo de benefício Aposentados **15 anos**

Balanço Patrimonial | Fundação Bemgeprev

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2013	31/12/2012
Disponível	**29**	**13**
Realizável	**297.447**	**320.404**
Gestão Previdencial (Nota 5)	245	178
Gestão Administrativa (Nota 5)	185	192
Investimentos (Nota 6)	297.017	320.034
Créditos Privados e Depósitos	4.568	-
Fundos de Investimento	291.703	281.839
Empréstimos	746	812
Depósitos Judiciais / Recursais	-	37.383
Permanente (Nota 7)	**1**	**2**
Imobilizado	1	2
TOTAL DO ATIVO	**297.477**	**320.419**

PASSIVO	31/12/2013	31/12/2012
Exigível Operacional (Nota 8)	**274**	**271**
Gestão Previdencial	140	140
Gestão Administrativa	133	131
Investimentos	1	-
Exigível Contingencial (Nota 9)	**1.276**	**1.381**
Gestão Previdencial	1.099	1.242
Gestão Administrativa	177	139
Patrimônio Social	**295.927**	**318.767**
Patrimônio de Cobertura do Plano	294.899	316.912
Provisões Matemáticas (Nota 10)	283.146	304.201
Benefícios Concedidos	283.146	304.201
Equilíbrio Técnico (Nota 11)	11.753	12.711
Resultados Realizados	11.753	12.711
Superávit Técnico Acumulado	11.753	12.711
Fundos (Nota 12)	1.028	1.855
Fundos Administrativos	1.025	1.852
Fundos dos Investimentos	3	3
TOTAL DO PASSIVO	**297.477**	**320.419**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Sergio Guillinet Fajerman
Diretor-Presidente
CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada | Fundação Bemgeprev

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**318.767**	**253.391**	**26**
1. ADIÇÕES	**12.681**	**100.524**	**(87)**
(+) Contribuições Previdenciais	-	889	(100)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.032	98.587	(88)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	114	-	100
(+) Receitas Administrativas	485	491	(1)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	50	556	(91)
(+) Constituição de Fundos de Investimento	-	1	(100)
2. DESTINAÇÕES	**(35.521)**	**(35.148)**	**1**
(-) Benefícios	(34.159)	(33.720)	1
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(132)	(100)
(-) Despesas Administrativas	(1.334)	(1.246)	7
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(28)	(50)	(44)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	**(22.840)**	**65.376**	**(135)**
(+/-) Provisões Matemáticas	(21.056)	52.913	(140)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(957)	12.711	(108)
(+/-) Fundos Administrativos	(827)	(249)	232
(+/-) Fundos dos Investimentos	-	1	(100)
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	**295.927**	**318.767**	**(7)**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Sergio Guillinet Fajerman
Diretor-Presidente
CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa | Consolidada

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**1.852**	**2.101**	**(12)**
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	**535**	**1.047**	**(49)**
1.1. RECEITAS	535	1.047	(49)
Custeio Administrativo dos Investimentos	465	437	6
Resultado Positivo dos Investimentos	50	556	(91)
Outras Receitas	20	54	(63)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(1.362)**	**(1.296)**	**5**
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(897)	(858)	5
Treinamento/Congressos e Seminários	(24)	(12)	101
Viagens e Estadias	(39)	(41)	(6)
Serviços de Terceiros	(303)	(227)	33
Despesas Gerais	(527)	(549)	(4)
Contingências	(4)	(29)	(86)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(465)	(438)	6
Serviços de Terceiros	(441)	(417)	6
Contingências	(24)	(21)	14
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	**(827)**	**(249)**	**232**
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	**(827)**	**(249)**	**232**
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)	**1.025**	**1.852**	**(45)**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Sergio Guillinet Fajerman
Diretor-Presidente
CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido | Plano ACMV

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**316.912**	**251.288**	**26**
1. ADIÇÕES	**12.146**	**99.476**	**(88)**
(+) Contribuições	-	889	(100)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.032	98.587	(88)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	114	-	100
2. DESTINAÇÕES	**(34.159)**	**(33.852)**	**1**
(-) Benefícios	(34.159)	(33.720)	1
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(132)	(100)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	**(22.013)**	**65.624**	**(134)**
(+/-) Provisões Matemáticas	(21.056)	52.913	(140)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(957)	12.711	(108)
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	**294.899**	**316.912**	**(7)**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**1.028**	**1.855**	**(45)**
(+/-) Fundos Administrativos	1.025	1.852	(45)
(+/-) Fundos dos Investimentos	3	3	-

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Sergio Guillinet Fajerman
Diretor-Presidente
CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Demonstração do Ativo Líquido | Plano ACMV

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
1. ATIVOS	**297.167**	**320.419**	**(7)**
Disponível	**19**	**13**	**46**
Recebível	**1.270**	**370**	**243**
Investimentos	**295.878**	**320.034**	**(8)**
Créditos Privados e Depósitos	4.568	-	100
Fundos de Investimento	290.564	281.839	3
Empréstimos	746	812	(8)
Déposito Judiciais / Recursais	-	37.383	(100)
Permanente	**-**	**2**	**(100)**
2. OBRIGAÇÕES	**1.240**	**1.652**	**(25)**
Operacional	141	271	(48)
Contingencial	1.099	1.381	(20)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**1.028**	**1.855**	**(45)**
Fundos Administrativos	1.025	1.852	(45)
Fundos dos Investimentos	3	3	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1 - 2 - 3)	**294.899**	**316.912**	**(7)**
Provisões Matemáticas	283.146	304.201	(7)
Superávit/Déficit Técnico	11.753	12.711	(8)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Sergio Guillinet Fajerman
Diretor-Presidente
CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Demonstração das Provisões Técnicas | Plano ACMV

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+ 2+ 3+ 4 + 5)	**296.142**	**318.297**	**(7)**
1. Provisões Matemáticas	**283.146**	**304.201**	**(7)**
1.1. Benefícios Concedidos	283.146	304.201	(7)
Benefício Definido	283.146	304.201	(7)
2. Equilíbrio Técnico	**11.753**	**12.711**	**(8)**
2.1. Resultados Realizados	11.753	12.711	(8)
Superávit Técnico Acumulado	11.753	12.711	(8)
Reserva de Contingência	11.753	12.711	(8)
3. Fundos	**3**	**3**	**-**
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	3	3	-
4 . Exigível Operacional	**141**	**140**	**-**
4.1. Gestão Previdencial	140	140	-
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1	-	100
5. Exigível Contingencial	**1.099**	**1.242**	**(12)**
5.1. Gestão Previdencial	1.099	1.242	(12)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Sergio Guillinet Fajerman
Diretor-Presidente
CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

NOTA 1
CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BEMGEPREV é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, instituída em 25 de maio de 2005 e autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria SPC nº. 132/05, de 21 de outubro de 2004, tendo por finalidade administrar o plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV).

Em 02 de janeiro de 2007, conforme Portaria SPC nº. 770, de 23 de outubro de 2006, foi efetivada a transferência do acervo patrimonial e dos participantes do Plano ACMV da Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar para a Fundação Bemgeprev sem solução de continuidade.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição e execução de plano de benefício de caráter previdenciário, complementar ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente, voltado aos empregados das patrocinadoras, pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm dos rendimentos resultantes da aplicação de recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro apresenta a seguinte posição:

Descrição	2013	2012
Assistidos	1.092	1.138
Total	1.092	1.138

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Resolução CNPC nº. 12, de 19 de agosto de 2013; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução SNPC nº. 05, de 08 de setembro de 2011; Resolução PREVIC/DC nº 6, de 13 de novembro de 2013; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, considerando os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

– **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

– **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

– **Investimentos –** Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA".

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a) Ativo Realizável

– **Gestão Previdencial** – Compreende os valores transferidos dos Investimentos, relativos ao resultado dos recursos garantidores correspondentes às atividades da Gestão Previdencial.

– **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.

– **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

a. Títulos para negociação – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício;

b. Títulos mantidos até o vencimento – Quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título, sendo avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas no resultado diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Empréstimos

Os empréstimos a participantes são corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros de 8% a.a.

b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

– Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos: 10% a.a.

c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

d) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

– **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;

– **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e

– **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

f) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

g) Imposto de Renda

– Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei n° 11.053, que revogou a Medida Provisória n° 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5° dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

– Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

h) PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a Entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal (Nota 5 e 9).

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

– **Gestão Previdencial:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, sendo custeadas pelo Fundo Administrativo;

– **Investimentos:** custeados diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

DESCRIÇÃO	2013	2012
Gestão Previdencial	**245**	**178**
Adiantamento de benefícios de aposentadoria	39	27
Depósito Judicial - Esfera Cível	4	3
Depósito Judicial - Esfera Trabalhista	202	148
Gestão Administrativa	**185**	**192**
Responsabilidade de Terceiros	-	55
Seguro (1)	12	14
Depósito Judicial - PIS/COFINS	173	123
TOTAL	**430**	**370**

(1) Seguro responsabilidade por Gestão de Previdência Complementar.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

a) Composição dos Investimentos

DESCRIÇÃO	2013	2012
Créditos Privados e Depósitos	4.568	-
Fundos de Investimento	291.703	281.839
Empréstimos	746	812
Depósitos Judiciais - Imunidade Tributária(1)	-	37.383
TOTAL	**297.017**	**320.034**

(1) Decisão julgada a favor da Fundação Bemgeprev (Proc. nº 2002.61.00.001988-2), reconhecendo a imunidade da Fundação para afastar a incidência do IR sobre as aplicações financeiras, no montante de R$ 37.918.

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e no Itaú Unibanco.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores.

PLANO ACMV	Valor [1]									
	Valor a Mercado			Categoria [4]		Vencimento			Valor Contábil	
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a mercado [3]	Total	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2013	31/12/2012
Créditos Privados e Depósitos	**4.568**	**-**	**4.568**	**-**	**4.568**	**-**	**-**	**4.568**	**4.568**	**-**
Letra Financeira	4.568	-	4.568	-	4.568	-	-	4.568	4.568	-
Fundo de Investimento	**291.703**	**(8.230)**	**283.473**	**111.326**	**180.377**	**83.712**	**47.002**	**160.989**	**291.703**	**281.839**
Fundo de Investimento - Exclusivo	**207.991**	**(8.230)**	**199.761**	**27.614**	**180.377**	**-**	**47.002**	**160.989**	**207.991**	**151.172**
Letras Financeiras do Tesouro	3.252	(1)	3.251	3.252	-	-	3.252	-	3.252	1.640
Notas do Tesouro Nacional	117.960	(8.229)	109.731	24.362	93.598	-	43.750	74.210	117.960	54.627
Títulos do Governo - ESTF [2]	86.779	-	86.779	-	86.779	-	-	86.779	86.779	94.905
Fundo de Investimento - Não Exclusivo	**83.712**	**-**	**83.712**	**83.712**	**-**	**83.712**	**-**	**-**	**83.712**	**130.667**
Total	**296.271**	**(8.230)**	**288.041**	**111.326**	**184.945**	**83.712**	**47.002**	**165.557**	**296.271**	**281.839**

[1] Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço. Os títulos classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação no dia da apuração e o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação , levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data de balanço.

Incluí, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA no montante de R$ 1.139 (R$ 1.929 em 2012).

[2] Títulos inegociáveis com vencimento em 2023, com correção mensal pelo IGP/DI mais taxa de 6% a.a., classificados como Títulos Mantidos até o Vencimento. Não há um mercado ativo para negociação frequente destes títulos.

[3] Refere-se ao impacto dos títulos mantidos na categoria "até o vencimento" caso sejam reclassificados como "para negociação".

[4] Foram reclassificados títulos da categoria "títulos para negociação" para a categoria "títulos mantidos até o vencimento" por ocasião da elaboração do balanço anual 2013. A reclassificação visa o equilíbrio dos ativos e as obrigações do plano pela adoção de premissas atuariais mais conservadoras.

As classificações dos títulos existentes, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria.

NOTA 7 – ATIVO PERMANENTE

DESCRIÇÃO	2013	2012
Imobilizado		
Bens Móveis		
Custo	4	4
(-) Depreciação	(3)	(2)
TOTAL	**1**	**2**

NOTA 8 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	2013	2012
Gestão Previdencial	**140**	**140**
Benefícios Pendentes	2	-
Retenções sobre folha benefícios	136	132
Seguros sobre Folha de benefícios	2	8
Gestão Administrativa	**133**	**131**
Obrigações com Serviços de Terceiros	133	131
Investimentos	**1**	**-**
Empréstimos	1	-
TOTAL	**274**	**271**

NOTA 9 – EXIGÍVEL CONTIGENCIAL

DESCRIÇÃO	2013	2012
Gestão Previdencial	**1.099**	**1.242**
Provisão - Cesta Alimentação	1.099	1.242
Gestão Administrativa	**177**	**139**
Provisão - PIS/COFINS (1)	177	139
TOTAL	**1.276**	**1.381**

(1) Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas do desempenho da atividade de administração e execução de planos de benefícios. Em Novembro/2009 foi concedida liminar que autoriza o recolhimento dos tributos judicialmente, cuja probabilidade de êxito foi considerada possível.

NOTA 10 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuário, cujo parecer evidencia o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e do regulamento do plano de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos.

I. Provisões de benefícios concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas consideram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Descrição	2013	2012
Taxa Real de Juros (1)	5,5% a.a.	4% a.a.
Índice de Crescimento de Benefício	Índice ACMV (2)	Índice ACMV (2)
Tábua de Mortalidade Geral (3)	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos (3)	N.A.	N.A.
Taxa de crescimento real do Beneficio do INSS	0%	0%
Fator de Capacidade dos Benefícios	0,98	0,98
Método Atuarial	Agregado	Agregado

N.A. = Não Aplicável por não haver participante aposentado por invalidez

(1) Na avaliação atuarial de 31/12/2013 procedeu-se alteração da premissa atuarial taxa de juros real de juros (de 4% a.a para 5,5% a.a), cujo efeito foi redução nas provisões matemáticas de R$ 29.305.

(2) Índice ACMV é a média geométrica dos índices de preço ao consumidor, IPCA de Belo Horizonte, IPC de São Paulo e Rio de Janeiro, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente.

(3) Segregada por sexo. A tábua de mortalidade adotada corresponde àquela divulgada pelo SOA – "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que reflete um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação à respecitva tábua básica.

c) Evolução

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2012	Constituição / (Reversão)	Saldos em 31/12/2013
Benefícios Concedidos	304.201	(21.055)	283.146
TOTAL	**304.201**	**(21.055)**	**283.146**

NOTA 11 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

DESCRIÇÃO	2013	2012
Superávit/(Déficit) do Período	11.753	20.826
Amortização/Repactuação do Contrato de Déficit	-	(8.115)
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	**11.753**	**12.711**

NOTA 12 – FUNDOS

a) Fundos Administrativos – Constituído com recursos da patrocinadora em montante equivalente a 1% das reservas matemáticas na época da implantação do plano ACMV, acrescido da rentabilidade obtida sobre o resultado dos recursos garantidores correspondentes ao Fundo Administrativo e revertido em função do custeio das despesas administrativas previdenciais.

b) Fundos dos Investimentos – Constituído com recursos oriundos de taxas administrativas cobradas na concessão dos empréstimos. Tem o objetivo de garantir o saldo dos empréstimos concedidos a participantes que vierem a falecer.

Descrição	Saldos em 31/12/2012	Remuneração	Constituição / (Reversão)	Saldos em 31/12/2013
Fundos Administrativos	1.852	50	(877)	1.025
Fundos dos Investimentos	3	-	-	3
TOTAL	**1.855**	**50**	**(877)**	**1.028**

NOTA 13 – PARTES RELACIONADAS

As operações de partes relacionadas com o Itaú Unibanco S.A. e Itaú Soluções Previdenciárias Ltda. caracterizam-se basicamente por:

DESCRIÇÃO	2013	2012
ATIVO / (PASSIVO)		
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	**(23)**	**(21)**
Taxa de Administração da Carteira	(23)	(21)
RECEITAS / (DESPESAS)		
(Despesas)	**(609)**	**450**
Atualização do Contrato de Déficit Equacionado (Nota 11)	-	985
Taxa de Administração da Carteira	(394)	(371)
Taxa de Gestão Previdencial e de Investimentos	(187)	(135)
Taxa de Investimento	(29)	(29)

Além das operações acima discriminadas, a Fundação Bemgeprev, como parte integrante do Convênio Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco S/A, registrou despesa gerais no valor de R$ 242 (R$ 246 em 2012) em função da utilização da estutura comum.

NOTA 14 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) A Resolução PREVIC/DC nº 6, de 13 de novembro de 2013, que altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e a Instrução PREVIC nº 01, de 12 de abril de 2013, efetua alterações na Planificação Contábil Padrão que produziu efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

b) A Fundação Bemgeprev, apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

Sergio Guillinet Fajerman
Diretor-Presidente
CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
Fundação Bemgeprev

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Bemgeprev ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Fundação Bemgeprev

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bemgeprev em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Belo Horizonte, 21 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Carlos Augusto Silva
Contador
CRC 1SP197007/O-2 "S" MG

As informações a seguir aplicam-se ao Plano de Gestão Administrativa

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano / Segmento - Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Participação %	Plano / Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de juros % a.a
100,00	Plano	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	Renda Fixa	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBOVESPA	0,00
100,00	Investimentos Estruturados	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	Investimentos no Exterior	100,00	DI-CETIP	0,00

Documentação / Responsáveis

Data de aprovação: 20/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2014 a 31/12/2014	Renda Variável Investimentos Estruturados Investimentos no Exterior Plano Renda Fixa	Gabriel Amado de Moura	247.648.348-63	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado

Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.

Risco de Liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.

Risco Legal

Associado às incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.

Risco Operacional

Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

Risco Contraparte

Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

Os planos realizam apreçamento de ativos financeiros e não possuem modelo proprietário de risco. Estudos de ALM são realizados.

Observação:

A entidade terceiriza a administração e a custódia dos ativos financeiros.

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	65,00	100,00	100,00
Renda Variável	0,00	20,00	0,00
Investimentos Estruturados	0,00	10,00	0,00
Investimentos No Exterior	0,00	5,00	0,00

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental.
- Utiliza derivativos.
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos.
- Existência de Sistemas de controles internos.

Alocação por emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
Tesouro Nacional	0,00	100,00
Instituição Financeira	0,00	20,00
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00
Organismo Multilateral	0,00	10,00
Companhia Securitizadora	0,00	10,00
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00
Fidc/Ficfidc	0,00	10,00
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de CIA Aberta	0,00	10,00
Sociedade de Propósito Específico-SPE	0,00	10,00
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	10,00

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% do Capital votante de uma mesma CIA aberta	0,00	25,00
% do Capital total de uma mesma CIA aberta ou de uma SPE	0,00	25,00
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00
% do PL de fundo de indice referenciado em cesta de ações de CIA aberta	0,00	25,00
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00
% do PL de fundos de Índice no exterior negociados em bolsa de valores no Brasil	0,00	25,00
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0,00	25,00

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	25,00
% de uma mesma classe ou série de cotas de fidc	0,00	25,00
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	25,00

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2012	2013
Plano	8,49	7,74
Renda Fixa	8,49	7,74

As informações a seguir aplicam-se ao Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano / Segmento - Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Participação %	Plano / Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de juros % a.a
100,00	Renda Variável	100,00	IBOVESPA	0,00
100,00	Plano	100,00	IPC	5,50
100,00	Renda Fixa	100,00	IPC	5,50
100,00	Empréstimo e Financiamentos	100,00	IPC	5,50
100,00	Investimentos Estruturados	100,00	IPC	5,50
100,00	Investimentos no Exterior	100,00	IPC	5,50

Documentação / Responsáveis

Data de aprovação: 11/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2014 a 31/12/2014	Renda Variável Investimentos Estruturados Investimentos no Exterior Plano Renda Fixa Empréstimos e Financiamentos	Gabriel Amado de Moura	247.648.348-63	Diretor de Investimen-tos

Controle de Risco

Risco de Mercado

Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.

Risco de Liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.

Risco Legal

Associado às incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.

Risco Operacional

Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

Risco Contraparte

Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

Os planos realizam apreçamento de ativos financeiros e não possuem modelo proprietário de risco. Estudos de ALM são realizados.

Observação:

A entidade terceiriza a administração e a custódia dos ativos financeiros.

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	60,00	100,00	99,70
Renda Variável	0,00	20,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	5,00	0,30
Investimentos Estruturados	0,00	10,00	0,00
Investimentos no Exterior	0,00	5,00	0,00

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental.
- Utiliza derivativos.
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos.
- Existência de Sistemas de controles internos.

Alocação por emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
Tesouro Nacional	0,00	100,00
Instituição Financeira	0,00	20,00
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00
Organismo Multilateral	0,00	10,00
Companhia Securitizadora	0,00	10,00
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00
Fidc/Ficfidc	0,00	10,00
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de CIA Aberta	0,00	10,00
Sociedade de Propósito Específico-SPE	0,00	10,00
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	10,00

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% do Capital votante de uma mesma CIA aberta	0,00	25,00
% do Capital total de uma mesma CIA aberta ou de uma SPE	0,00	25,00
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00
% do PL de fundo de indice referenciado em cesta de ações de CIA aberta	0,00	25,00
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00
% do PL de fundos de Índice no exterior negociados em bolsa de valores no Brasil	0,00	25,00
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0,00	25,00

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	25,00
% de uma mesma classe ou série de cotas de fidc	0,00	25,00
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	25,00

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2012	2013
Plano	20,73	4,08
Renda Fixa	20,73	4,05
Renda Variável	N/A	N/A
Investimentos Estruturados	N/A	N/A
Investimentos no Exterior	N/A	N/A
Imóveis	N/A	N/A
Operações com Participantes	17,96	15,67

Em reunião do Conselho Deliberativo realizado em 21/03/2014, foi aprovada a alteração da taxa real anual de juros para 5,5% a.a.

Data de Geração: 04/02/2014

Consolidação Contábil	Valor em R$
Total Demonstrativo de Investimentos:	1.148.461,10
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	1.148.461,10
Diferença:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	10.106,01
Depósitos:	10.106,01
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	0,05
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	1.138.355,09
11.419.524/0001-38	115.801,18
11.419.536/0001-62	46.477,30
13.412.186/0001-38	870.291,38
14.707.540/0001-14	105.785,22

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
+ 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
+ 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos | Mês de referência 12/2013

1998003183-PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR MÓVEL

Data de Geração: 04/02/2014

Consolidação Contábil	Valor em R$
Total Demonstrativo de Investimentos:	295.896.902,31
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	295.896.902,31
Diferença:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	5.332.855,88
Depósitos:	18.908,85
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	4.568.339,86
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	746.294,01
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	-686,84
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	290.564.046,41
11.419.524/0001-38	27.559.452,27
11.419.536/0001-62	11.061.104,68
13.412.186/0001-38	207.120.114,34
14.707.540/0001-14	25.175.759,86
11.419.555/0001-99	19.647.615,24

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
+ 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
+ 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

1. Introdução e Objetivos

Na qualidade de atuário oficial do Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia – Plano ACMV, CNPB nº 1998.0031-83, patrocinado pela empresa Itaú Unibanco S.A. e administrado pela Fundação Bemgeprev, preparamos este relatório técnico (Parecer Atuarial) que contém as principais informações e resultados da avaliação atuarial do referido plano de aposentadoria, realizada pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. (Mercer) para fins de encerramento do exercício de 2013 da Fundação Bemgeprev.

Este Parecer Atuarial, que é parte integrante da DA – Demonstração Atuarial de 31/12/2013, a ser enviada para o Governo Brasileiro, foi elaborado para a Fundação Bemgeprev, e:

- Não alcança ou considera quaisquer outros benefícios, administrados por ela ou não, além daqueles previstos no Plano ACMV;

- Deve ser utilizado somente para fins de cumprimento das obrigações legais de encerramento de exercício emanadas dos órgãos regulador e fiscalizador do sistema fechado de previdência complementar no Brasil, ou seja, o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Cabe lembrar que o Plano ACMV está estruturado na modalidade de benefício definido, encontra-se fechado para novas adesões de participantes, e possui somente participantes assistidos.

Os resultados acima mencionados se utilizam de várias premissas, atuariais e econômicas, que traduzem expectativas sobre o comportamento do Plano ACMV ao longo do tempo, e que podem ou não acontecer. Desta forma, qualquer interpretação ou tomada de decisão baseadas nesses resultados devem considerar e respeitar todas as ressalvas, orientações e recomendações aqui apresentadas. A Mercer não se responsabiliza por decisões tomadas sem a observação cuidadosa do apresentado neste Parecer Atuarial ou pelas consequências decorrentes de sua utilização para outros fins que não os já referidos.

Permanecerá sempre com a Fundação Bemgeprev a responsabilidade pela execução das determinações contidas neste Parecer Atuarial, como, por exemplo, a guarda e arquivo deste documento, o cumprimento do plano de custeio apresentado, o registro contábil das informações pertinentes, etc.

Por fim, cabe registrar que a reprodução total do conteúdo deste documento é permitida, desde que citada a fonte. Entretanto, reproduções parciais de seu conteúdo dependem de prévia autorização da Mercer, por escrito, sendo obrigatório, nesses casos, o esclarecimento de que se trata de reprodução parcial elaborada por terceiros.

2. Perfil dos Participantes

Os dados individuais dos participantes assistidos utilizados no presente estudo foram fornecidos pela Fundação Bemgeprev à Mercer, que, após a realização de testes de inconsistência apropriados e eventuais acertos efetuados em conjunto entre as partes, considerou-os adequados para os propósitos a que se destinam. A data-base desses dados é 31/10/2013.

Informamos que não há participantes ativos ou beneficiários de pensão por morte no Plano ACMV.

A análise de inconsistências efetuada pela Mercer objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo, de tal análise, a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação Bemgeprev e sua patrocinadora, a responsabilidade plena por quaisquer imprecisões remanescentes.

As principais características do grupo avaliado estão resumidas na tabela a seguir. Também, para fins de comparação e análise, são apresentadas as mesmas informações para o ano anterior, cuja data-base dos dados é 31/10/2012. Para melhor entendimento das informações apresentadas, vale destacar que:

– A quantidade de registros cadastrais e as estatísticas sobre idade estão na data-base dos dados correspondente, ou seja, 31/10/2013 e 31/10/2012;

– Os valores monetários são nominais e estão posicionados no mês de dissídio imediatamente anterior à data-base dos dados pertinentes (vide tabela abaixo). Entretanto, para fins dos cálculos atuariais, todos os valores monetários têm o mesmo tratamento, ou seja, são atualizados para a data-base da avaliação atuarial e apresentados no conceito de capacidade.

Participantes Assistidos

Descrição	2013	2012
Aposentados		
Número	1.092	1.138
Idade média (anos)	77,1	76,3
Folha total de benefícios mensais (R$)	2.673.216	2.625.796
Benefício mensal médio (R$)	2.448	2.307

3. Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial de um plano de benefícios é um estudo técnico que tem por objetivo principal estimar, na data de seu cálculo, os custos normais (i.e., as contribuições esperadas para o próximo exercício) e reservas/provisões matemáticas (i.e., os valores atualizados dos custos normais que já deveriam ter sido acumulados em períodos passados) deste plano, devendo incluir tanto os compromissos com os benefícios já sendo pagos, quanto àqueles referentes aos benefícios esperados dos participantes que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Assim sendo, podemos entender a reserva/provisão matemática como o valor monetário que se espera seja acumulado, via pagamento do custo normal de cada ano, para que se possam honrar os compromissos com o pagamento dos benefícios aos participantes.

A forma como os custos normais e reservas/provisões matemáticas são estimados é resultado direto do método atuarial escolhido. Em outras palavras, é o método atuarial que determina como os custos normais são calculados e a forma com que são acumulados nas reservas/provisões matemáticas. Há métodos que estabelecem custos normais menores no começo do período de acumulação, e que aumentam significativamente ao longo do tempo. Há outros métodos que estabelecem custos normais mais nivelados ao longo de todo o período de acumulação das reservas/provisões matemáticas. No entanto, é importante destacar que o valor da reserva/provisão matemática calculado na data de início de pagamento de um dado benefício independe do método atuarial utilizado, ou seja, todos os métodos têm como resultado o mesmo valor de reserva/provisão matemática na data de início de pagamento dos benefícios.

Para esse fim, isto é, de se determinar custos normais e reservas/provisões matemáticas, são feitas projeções de curto, médio e longo prazos, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais e financeiras, dentre vários conjuntos possíveis e razoáveis, que represente de forma pertinente a experiência real futura do plano de benefícios avaliado. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS, etc.) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e número de dependentes, etc.), entre outras.

Como sabemos, o futuro é incerto e a experiência real observada para cada plano de benefícios diferirá das premissas selecionadas, gerando diferenças (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Em função disso, as premissas atuariais e financeiras devem ser acompanhadas de forma detalhada e periódica (tecnicamente a periodicidade não precisa ser anual para todas as hipóteses), devendo ser alteradas caso se mostre necessário.

Inúmeras são as razões que podem justificar alterações de hipóteses de uma avaliação para outra, como, por exemplo, o retorno financeiro dos ativos investidos, comportamento da população coberta ou pagamento de benefícios diferentes do esperado; imposições legais; adaptações à política de recursos humanos da patrocinadora ou mudanças no cenário econômico, entre outros fatores.

Em resumo, temos que os resultados de uma avaliação atuarial de um plano de benefícios registram a situação atuarial e financeira estimada do referido plano em um dado momento no tempo, mas não conseguem prever o exato comportamento da situação futura, atuarial ou financeira, deste mesmo plano, pressupondo, assim, o acompanhamento cuidadoso e periódico das hipóteses utilizadas.
Diante do exposto, ressaltamos que eventuais decisões sobre alterações do Plano ACMV, de sua política de investimentos, regimes financeiros e métodos atuariais, ou qualquer outra matéria pertinente devem ser tomadas respeitando-se a legislação vigente e somente após criteriosa análise de possíveis oscilações financeiras futuras e de cenários de premissas alternativos, e não unicamente com base nos resultados da presente avaliação atuarial.

Para a apuração das reservas/provisões matemáticas e custos normais relativos ao Plano ACMV apresentados neste Parecer Atuarial foram adotadas as premissas atuariais e financeiras descritas a seguir neste capítulo, que compõem um único cenário dentre as diversas possibilidades de comportamento dos vários fatores que afetam a apuração dos compromissos atuariais de um plano de benefícios. Certamente, outros cenários razoáveis poderiam ser definidos, mas não estão aqui apresentados.

É este o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas nesta avaliação atuarial:

Descrição	VALORES
Taxa real anual de juros [1]	5,5% ao ano
Projeção de crescimento real de salário	N.A.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	N.A.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano [1]	0,00% ao ano
Fator de capacidade para os salários	N.A.
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade	N.A.
Tábua de mortalidade geral [2]	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	N.A.
Tábua de entrada em invalidez	N.A.
Entrada em aposentadoria	N.A.
Composição familiar	N.A.
Outras hipóteses biométricas utilizadas	N.A.

[1] O indexador utilizado é o índice ACMV, que é a média geométrica dos índices de preço do consumidor, IPCA de Belo Horizonte, IPC de São Paulo e do Rio de Janeiro, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente;
[2] A tábua AT2000, segregada por gênero, corresponde àquela divulgada pelo SOA – "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, e reflete redução nas taxas anuais de mortalidade da ordem de 10% em relação à tábua básica. Esta tábua atuarial atende ao item 2 da Resolução CGPC n° 18, de 28/03/2006.

Em atendimento à legislação vigente, cumpre-nos informar que a hipótese para a taxa real anual de juros utilizada nesta avaliação atuarial foi alterada para 5,50% ao ano. Este percentual é inferior ao limite máximo legal estabelecido pela

Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. A hipótese utilizada para o encerramento do exercício de 2012 foi de 4,00% ao ano.

Tal mudança está baseada no documento denominado "Relatório de Aderência – Taxa de Juros", elaborado sob a coordenação do Diretor de Investimentos da Fundação Bemgeprev, considerando o cenário econômico atual do Brasil. Cópia desse estudo foi encaminhada à Mercer para análise. Em relação ao relatório em referência, destacamos o que segue:

As conclusões e recomendações ali apresentadas decorrem de estudo de ALM, utilizando modelo proprietário de "Cash Flow Matching";

- O estudo mostra que considerando uma carteira hipotética (chamada de ativo mínimo), sempre haverá recursos suficientes para pagamento dos benefícios do Plano ACMV (o ativo mínimo se esgota por volta do ano 2040, logo após todos os benefícios serem pagos);

- O valor do ativo mínimo referido no item anterior (R$ 258 milhões), necessário para a existência de um portfólio ótimo, é consideravelmente menor que o ativo líquido do Plano ACMV em 31/12/2013;

- A recomendação tácita contida no capítulo 5 do citado documento, transcrita a seguir:

"Recomendamos a elevação da taxa de juros utilizada para o passivo do plano ACMV dos atuais 4,00%aa para 5,50%aa. Essa taxa é aderente ao indicado pelo modelo de Cash Flow Matching, está contida no intervalo de variação da curva de juro real de 5 anos (conforme item 3.2.2), ligeiramente abaixo da sua média, e indica um viés conservador em relação ao que determina a Resolução CNPC 09/2012 em seu artigo 1º".

Além do exposto, se considerarmos somente o "duration" do ativo mínimo do Plano ACMV (próximo a 5,5 na data-base da avaliação atuarial, ou seja, 31/12/2013), a utilização de uma taxa real anual de juros de 5,50% ao ano está dentro dos limites considerados adequados pela Mercer.

As demais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na presente avaliação atuarial não sofreram alterações em relação à avaliação de encerramento do exercício de 2012. A manutenção de tais hipóteses está baseada em estudo denominado "Aderência das Hipóteses Atuariais", elaborado por consultoria atuarial externa e independente, cuja cópia foi encaminhada pela Fundação Bemgeprev à Mercer para análise.

De acordo com o previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano ACMV encontram-se arquivadas na Fundação Bemgeprev à disposição da PREVIC.

Cabe registrar que como o Plano ACMV possui somente participantes assistidos, o valor da reserva/provisão matemática para esses participantes não sofre influência do método atuarial utilizado.

Diante de todo o exposto até o momento, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e adequados aos fins a que se destinam, estão em conformidade com as características da massa de participantes avaliada e com o regulamento do Plano ACMV em vigor em 31/12/2013, fornecido pela Fundação Bemgeprev, e atendem a Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Todas as hipóteses atuariais e econômicas, além dos regimes financeiros e métodos atuariais utilizados na avaliação atuarial do Plano ACMV foram discutidos com e aprovados pela Fundação Bemgeprev, que tem pleno conhecimento de seus objetivos e impactos.

4.Provisões Matemáticas e Outras Rubricas

De acordo com o plano de contas em vigor e com os valores contábeis informados pela Fundação Bemgeprev, apresentamos no quadro a seguir os valores do patrimônio social, do patrimônio de cobertura do plano, das reservas/provisões matemáticas calculadas e certificadas pela Mercer, do equilíbrio técnico e dos fundos previdencial e administrativo posicionados em 31/12/2013.

Conta	Nome	Valor em R$ (31/12/2013)
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	295.927.411,43
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	294.899.165,77
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	283.145.827,00
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	283.145.827,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	283.145.827,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	283.145.827,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	-
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	-
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	-

Conta	Nome	Valor em R$ (31/12/2013)
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	11.753.338,77
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	11.753.338,77
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	11.753.338,77
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	11.753.338,77
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	1.028.245,66
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.024.938,12
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3.307,54

O Superávit Técnico Acumulado do Plano ACMV foi reduzido em relação ao resultado de encerramento do exercício de 2012, passando de R$ 12.710.462,62 naquela data para R$ 11.753.338,77 em 2013. Dentre os principais fatores que contribuíram para esta situação podemos destacar a majoração da hipótese para a taxa real anual de juros, que passou de 4,0% ao ano em 2012 para 5,5% em 2013. Contudo, esta alteração teve seu impacto positivo substancialmente reduzido em decorrência da rentabilidade do patrimônio de cobertura do plano, que foi inferior à meta atuarial.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008.

Os valores das reservas/provisões matemáticas apresentados neste capítulo foram obtidos considerando-se:

1. O regulamento do Plano ACMV vigente em 31 de dezembro de 2013, fornecido pela Fundação Bemgeprev, e que se encontra fechado a novas inscrições. Este regulamento não sofreu alterações em relação àquele utilizado para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012;

2. Os dados individuais dos participantes e beneficiários informados pela Fundação Bemgeprev;

3. As hipóteses atuariais e econômicas, regimes financeiros e métodos atuariais já referidos neste Parecer Atuarial, e que estão em linha com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos.

Registre-se que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o patrimônio social do Plano ACMV ora avaliado, tendo se baseado apenas na informação fornecida pela Fundação Bemgeprev.

5. Plano de Custeio

Considerando os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013, que apontou a condição superavitária do Plano ACMV naquela data, atestamos que não há necessidade de realização de contribuições de cunho previdenciário para o referido plano de benefícios durante a vigência deste plano de custeio.

As despesas administrativas do Plano ACMV foram orçadas pela Fundação Bemgeprev em cerca de R$ 1.127.000 para o período de vigência deste plano de custeio e serão abatidas do fundo administrativo, constituído exclusivamente para esta finalidade. No caso da utilização total do fundo administrativo, a patrocinadora deverá efetuar, adicionalmente, as contribuições que forem necessárias para custear as despesas administrativas remanescentes. Obedecidas as restrições legais aplicáveis, o orçamento para as despesas administrativas poderá ser majorado ou reduzido, conforme acordado entre a Fundação Bemgeprev e sua patrocinadora, sem que seja necessária a alteração deste Parecer Atuarial.

O plano de custeio apresentado neste capítulo passa a vigorar de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015.

6. Conclusão

Certificamos que o Plano ACMV administrado pela Fundação Bemgeprev está superavitário na data de encerramento do exercício de 2013, tendo sua Reserva de Contingência constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008.

Adicionalmente, e em decorrência desta situação superavitária, atestamos que a patrocinadora somente deverá efetuar contribuições para o Plano ACMV caso o fundo administrativo não seja suficiente para o custeio das despesas administrativas, conforme condições estabelecidas no capitulo 5 deste Parecer Atuarial.

Considerando se tratar de um plano estruturado na modalidade de benefício definido, a experiência real observada diferirá das hipóteses atuariais e financeiras selecionadas, gerando diferenças entre duas avaliações atuariais consecutivas (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Assim, resta claro que a manutenção da saúde atuarial e financeira do Plano ACMV (neste caso a situação superavitária) dependerá do comportamento dessas hipóteses, onde cabe destaque para a sobrevivência de válidos e o retorno futuro de investimentos obtido pelo patrimônio que lastreia os compromissos assumidos com o pagamento de benefícios.

Por fim, atestamos que os atuários credenciados subscritos a seguir atendem aos padrões de qualificação do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA para a elaboração da avaliação atuarial aqui apresentada e para a emissão das opiniões e recomendações contidas no presente Parecer Atuarial.

Também registramos que não é do nosso conhecimento a existência de qualquer interesse financeiro direto ou interesse material indireto, ou ainda relação pessoal que poderia gerar conflito de interesses que viesse a prejudicar a objetividade e a imparcialidade deste trabalho.

São Paulo, 10 de março de 2014.

Eu revisei e julguei aceitáveis as premissas atuariais e financeiras, os regimes financeiros e métodos atuariais e os procedimentos utilizados para a avaliação atuarial do Plano ACMV.

Fundação Bemgeprev

CNPJ 07.436.012/0001-02

Parecer do Conselho Fiscal

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2013, baseados nos pareceres da Consultoria atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda. e do auditor independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Bemgeprev em 31.12.2013, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo. São Paulo (SP), 12 de março de 2014. (aa) Aguinaldo José do Crato, Cleide Xavier Rocha Foureaux e Ottavio Aldo Ronco – Conselheiros Efetivos.

Encerramento: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada

São Paulo (SP), 12 de março de 2014.

Ottavio Aldo Ronco
Presidente

Aguinaldo José Do Crato
Conselheiro Efetivo

Cleide Xavier Rocha Foureaux
Conselheira Efetivo

Fundação Bemgeprev

CNPJ 07.436.012/0001-02

Ata da reunião Ordinária do Conselho Deliberativo de 21 de Março de 2014

Data, Hora E Local: Em 21.3.14, às 10h30, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Villela, 4º andar, em São Paulo (SP).
Mesa: Presidente: Osvaldo do Nascimento; Secretário: Arnaldo César Serighelli.
Quorum: Em número legal, averbada a presença de Osvaldo do Nascimento – Presidente; Messias Caetano Neto – Vice-Presidente; Marcelo Luis Orticelli – Conselheiro Suplente, conforme lista de presença arquivada na sede.
Convocação: Por meio de correspondência endereçada aos Conselheiros.
Pauta: Os assuntos a seguir referidos, apresentados pelos membros da Diretoria Executiva, encontram-se registrados no caderno da "Pauta de Reunião do Conselho Deliberativo – Bemgeprev", entregue aos presentes juntamente com o Relatório Semestral de Exame dos Controles Internos – data-base 31.12.2013 e demais documentos mencionados na ata, os quais ficarão arquivados na Entidade como documentos pertinentes à Reunião.

(...)

e) Demonstrações Financeiras e Parecer da Auditoria Independente e Parecer da Consultoria Atuarial.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:

e) Demonstrações contábeis e evolução do equilíbrio técnico, relativas ao Exercício de 2013:

Após detido exame das demonstrações contábeis de 31.12.2013, acompanhadas dos pareceres da Mercer Human Resource Consulting Ltda., dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, aprovar as referidas demonstrações contábeis, na forma da seguinte manifestação:

"MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2013, baseados nos pareceres da Mercer Human Resource Consulting Ltda.,dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e no parecer do Conselho Fiscal, os membros do Conselho Deliberativo da Fundação Bemgeprev deliberaram, por unanimidade, aprovar os referidos documentos, que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade e do Plano de Benefícios em 31.12.2013. São Paulo (SP), 21 de março de 2014. (aa) Osvaldo do Nascimento – Presidente; Messias Caetano Neto – Vice-Presidente; Marcelo Luis Orticelli – Conselheiro Suplente."

Encerramento: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, por todos foi assinada.

São Paulo (SP), 21 de março de 2014.

Osvaldo do Nascimento
Presidente da Mesa

Arnaldo César Serighelli
Secretário da Mesa

Conselheiros

Osvaldo do Nascimento
Presidente

Messias Caetano Neto
Vice-Presidente

Marcelo Luis Orticelli
Conselheiro Suplente

BEMGEPREV
www.bemgeprev.com.br

Contatos e Endereço

(31) 3280-5967 /5968 e 5969

Rua Albita, 131 – 4º andar
Bairro Cruzeiro – Belo Horizonte / MG
CEP. 30.310.160